Informativo de Legislação SEDOC



ANO XX N. 148 26/9/2023

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO

Aviso SEGP n. 8, de 22 de setembro de 2023

Cientifica os(as) MM. Juízes(as) Titulares de Varas do Trabalho sobre a concessão do prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados a partir da publicação deste aviso, para inscrição dos(as) interessados(as) na promoção para um cargo de Desembargador(a) neste Regional, a ser realizada por e-PAD dirigido à Secretaria-Geral da Presidência, devendo ser apresentados os documentos necessários à aferição do merecimento, expedidos pela Escola Judicial e pela Corregedoria Regional, à luz do que dispõe o art. 93, incisos II e III, da Constituição da República.

(DEJT/TRT3 Cad. Adm. 25/9/2023, p. 1)

Portaria GP n. 470, de 22 de setembro de 2023

Extingue o Grupo de Trabalho para Mediar Conflitos Fundiários no âmbito da competência jurisdicional do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região. (DEJT/TRT3 Cad. Adm. 25/9/2023, p. 2)

Portaria GP n. 473, de 25 de setembro de 2023

Revoga a Portaria GP n. 240, de 11 de agosto de 2022, que institui Grupo de Trabalho para estudar a viabilidade de implantação de Núcleo de Justiça 4.0 no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região.

(DEJT/TRT3 Cad. Adm. 25/9/2023, p. 2)

Portaria GCR n. 6, de 21 de setembro de 2023

Credencia leiloeiro oficial para atuação em toda a jurisdição deste Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região.

(DEJT/TRT3 Cad. Jud. 25/9/2023, p. 283)

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Resolução STF n. 806, de 22 de setembro de 2023

Acresce o § 7º ao art. 5º-A da Resolução nº 642, de 14 de junho de 2019, para dispor sobre a sustentação oral nos casos em que houver proposta de reconhecimento da

repercussão geral com reafirmação de jurisprudência no Plenário Virtual do Supremo Tribunal Federal.

(Dje/STF 26/9/2023)

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Resolução CNJ n. 522, de 18 de setembro de 2023

Institui o Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão de Processos e Documentos do Poder Judiciário e disciplina a obrigatoriedade da sua utilização no desenvolvimento e na manutenção de sistemas informatizados para as atividades judiciárias e administrativas no âmbito do Poder Judiciário.

(DJe/CNJ 26/9/2023, p. 2-3)

Resolução CNJ n. 523, de 22 de setembro de 2023

Renumera o parágrafo único e acrescenta o § 1º ao art. 5º da Resolução CNJ n. 169/2013, que dispõe sobre a retenção de provisões de encargos trabalhistas, previdenciários e outros a serem pagos às empresas contratadas para prestar serviços, com mão de obra residente nas dependências de unidades jurisdicionadas ao Conselho Nacional de Justiça.

(DJe/CNJ 26/9/2023, p. 4)